



Desenvolvimento Regional em Debate

E-ISSN: 2237-9029

valdir@unc.br

Universidade do Contestado

Brasil

Martignoni, Luciano; Pagliosa Corona, Hieda Maria  
LAZER E A RURALIDADE CONTEMPORÂNEA PARA ALÉM DA RACIONALIDADE  
CAPITALISTA  
Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 145-159  
Universidade do Contestado  
Canoinhas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570862006008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## LAZER E A RURALIDADE CONTEMPORÂNEA PARA ALÉM DA RACIONALIDADE CAPITALISTA

*Luciano Martignoni<sup>1</sup>  
Hieda Maria Pagliosa Corona<sup>2</sup>*

### RESUMO

Com a crise do processo de modernização da agricultura, o lazer aparece como uma possibilidade de desenvolvimento rural. No entanto, nesse cenário, ele surge apenas como uma estratégia de renda para o rural. Nesse sentido, o estudo analisou a relação entre o lazer e a ruralidade contemporânea para além da racionalidade capitalista. Para tanto, ele propõe a compreensão de como o lazer se constituiu numa racionalidade moderna, distinguindo-se das formas lúdicas pré-modernas, até atingir a forma atual de mercadoria, para posteriormente indicar a necessidade de se vislumbrar o lazer por uma racionalidade ambiental. Assim, o lazer tem um papel significativo nesse processo de ressignificação e reconstrução do rural e superação de algumas contradições da racionalidade capitalista e conclui apontando questões para que o lazer realmente seja expressão das múltiplas funções da agricultura familiar, no sentido de manutenção do tecido social, interação e preservação ambiental, e contribuir na geração de trabalho e renda para as famílias rurais.

**Palavras chave:** Lazer; Ruralidade; Racionalidade ambiental.

### ABSTRACT

With the crisis of the modernization of agriculture, leisure appears as a possibility for rural development. However, in this scenario, it appears only as a strategy for rural income. In this sense, the present study examined the relationship between leisure and rurality beyond the contemporary capitalist rationality. In order to do it so, the research aims to understand how leisure was constituted in a modern rationality, distinguishing forms of pre-modern leisure, until its use as the current form of merchandise, to later indicate the need to envision the leisure for an environmental rationality. Then, it is noticed that leisure has a significant role in this process of redefinition and reconstruction of the rural and overcomes some contradictions of capitalist rationality. This work points out some issues, so that leisure can be really the expression of the multiple roles of family farming in the sense of maintaining the social network, interaction and environmental preservation and contribute to the generation of employment and income for rural households.

**Keywords:** Leisure; Rurality; Environmental rationality.

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas, Departamento de Educação Física. Mestrando do Programa em Desenvolvimento Regional da UTFPR - Pato Branco. Endereço eletrônico: [luciano.martignoni@ifpr.edu.br](mailto:luciano.martignoni@ifpr.edu.br)

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UTFPR - Campus Pato Branco. Endereço eletrônico: [hiedacorona@hotmail.com](mailto:hiedacorona@hotmail.com)

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A modernidade como organização social que emergiu da Europa a partir do século XVII, alterou o modo de vida no planeta de uma maneira sem precedentes, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças nos períodos precedentes. Além da abrangência, pois essas mudanças atingiram um extensibilidade global, elas vieram a alterar as mais íntimas características do cotidiano das pessoas (GIDDENS, 1991).

A modernidade gerou profundas mudanças sociais, de hábitos, costumes e estilo de vida. Com seu caráter descontinuista modificou o modo de produção deslocando a base produtiva para centros urbanos, dessa forma alterou significativamente o espaço e o modo de vida rural.

Ferreira (2002) aponta que a ideia do desaparecimento do rural não era estranha ao pensamento sociológico clássico, (Spencer, Durkheim, Weber e Marx), que pressupunha a hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna, a substituição da comunidade pela sociedade e da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica; a racionalização do mundo como sentido dos processos sociais em curso e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária.

Mesmo antes de serem conhecidos os efeitos do processo de modernização sobre a agricultura, o pensamento sociológico clássico já apontava para a forte possibilidade do desaparecimento do rural. Com a intensificação desse processo, a partir da Europa e de sua difusão pelo mundo, fortaleceu-se no pensamento sociológico a ideia de substituição do modo de vida rural pelo modo de vida urbano. Segundo Jollivet, citado por Zanoni (2004, p. 103), “o mundo rural e o espaço rural são constantemente modelados e remodelados pelas grandes mudanças que se operam na sociedade [...]”.

Nesse sentido, no mundo rural, a aventura do progresso suscita a adesão massiva dos agricultores, é pela melhor tecnicidade que os agricultores acedem à paridade econômica e social com a indústria. Porém o triunfo desse modelo gera profundas contradições, com consequências sociais, econômicas e ambientais (ZANONI, 2004).

Quando o processo de modernização da agricultura atinge o seu auge na Europa e em vários países, vários sentidos são vinculados à ideia de declínio do rural, um sentido de esvaziamento demográfico, um sentido de diminuição da participação da agricultura no PIB e da sua subordinação crescente ao processo de agro industrialização e um sentido de proletarianização de grupos rurais e de generalização do modelo de empresa moderna. Além disso, a ideia de generalização da cultura urbana desqualificava a pertinência do rural como espaço portador de singularidades (FERREIRA, 2002).

A partir da década de 1990 as ciências sociais especializadas passam a apontar o rural como potencial espaço para reformas societárias e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade. Em diversos países foram registrados processos de recomposição do rural, demonstrados pelo crescimento demográfico, diversificação ocupacional e,

principalmente, organização de movimentos sociais de base rural com uma forte crítica às políticas gestadas conforme o modelo de modernização da agricultura (FERREIRA 2002).

Assim, mesmo com os efeitos da expansão da racionalidade moderna sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1998).

O processo de modernização que pretendeu a padronização do rural, adequando-o a forma de produção capitalista, a partir da crise do mundo moderno, crise social, econômica e principalmente ambiental, recebe como resposta reações, que formulam alternativas, baseadas na cultura e no modo de vida, principalmente de agricultores familiares. A análise de novas possibilidades do rural em países de capitalismo avançado, possibilidades que já se fazem concretas, permitem orientar o caminho num processo de desenvolvimento do rural em países como o Brasil.

Já no final do século passado, Carneiro (1998) nos aponta que em países desenvolvidos a cultura dos agricultores familiares tem contribuído de forma decisiva na formulação de respostas à crise do modelo produtivista, e que em algumas regiões do meio rural brasileiro dois conjuntos de fenômenos nos ajudam a pensar a ruralidade contemporânea. Primeiro a ideia de que o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola, chamando a atenção de novas formas de produção no campo. E segundo a procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo.

Nesse sentido, percebe-se que o lazer se constitui um fenômeno relevante no debate sobre o rural contemporâneo. No entanto, a maior parte dos estudos que o referenciam, o fazem de uma maneira reducionista. Ele é visto a partir de uma racionalidade econômica moderna e instrumental, apoiado em tecnologias que visam adequar o comportamento das pessoas ao modo de vida vigente.

Assim os estudos que relacionam o lazer ao rural, em sua maioria o fazem pelo viés do turismo rural, do eco turismo entre outros, mas o abordam por uma racionalidade econômica, ou seja, um fenômeno passível de trocas econômicas, seu tempo, seu espaço e seus envolvimento técnicos teriam um valor de troca, reduzindo-o a uma proposta pronta para ser adquirida.

Dessa forma, o conceito de lazer apresentado em grande parte desses estudos, parte de uma construção moderna, relacionado ao tempo, ao espaço e a comportamentos e em contraposição ao trabalho. Sabemos que o lazer é histórico constituído socialmente na modernidade e não vemos aí problema, no entanto, a problemática se estabelece quando a racionalidade moderna faz acreditar que o lazer moderno é um continuo histórico sem rupturas com as formas lúdicas pré-modernas.

Giddens (1991) aponta que obviamente existem continuidades entre o tradicional e o moderno, contrastá-los de maneira grosseira seria equívoco, mas que, no entanto, a mudança no modo de vida que a modernidade trouxe foi tão abrangente e dramática que considerar o período moderno a partir de um simples evolucionismo social seria equívoco muito maior. E

que deslocar a narrativa evolucionária, ou desconstruir seu enredo ajuda na tarefa de elucidar a modernidade e suas consequências.

Assim a ideia de que o lazer no rural resgataria um modo de vida, mesmo que momentâneo, que aliviasse as pressões da vida moderna parece inconsistente. Visto que ele é assumido como instrumento ideológico de manutenção do modo de vida moderno, tanto para quem usufrui do lazer, como para quem oferece atividades de lazer.

Com o surgimento da ciência moderna e da institucionalização da racionalidade econômica, com a articulação entre o conhecimento científico e a produção de mercadorias por meio da tecnologia (LEFF, 2002), as formas de relacionamento lúdico entre os sujeitos e entre esses e a natureza no período pré-moderno foram modernizadas na forma de lazer, adequando-as a espaços e tempo que servissem ao processo de expansão do modelo capitalista.

Dessa forma o presente estudo propõe uma análise sobre a relação entre lazer e ruralidade contemporânea para além da racionalidade capitalista, focalizando-se no sudoeste paranaense. A pesquisa centrou-se na revisão de bibliografias sobre o tema, mas que posteriormente servirá de base para estudos empíricos que consubstanciem a problemática apresentada.

Num primeiro momento abordamos os caminhos históricos do lazer e sua relação com a racionalidade moderna. Num segundo momento o estudo apresenta a questão do lazer no processo de colonização do sudoeste. Para finalmente apontar a possibilidade de abordagem do lazer por uma racionalidade ambiental.

## **CAMINHOS HISTÓRICOS DO LAZER E SUA RELAÇÃO COM A RACIONALIDADE MODERNA**

Uma questão que parece fundamental para um estudo que apresente o lazer como seu objeto de análise seria: o que é lazer? No entanto definir um fenômeno polissêmico e complexo como este se torna no mínimo arriscado, visto não existir consenso nem mesmo entre os principais estudiosos do assunto. Portanto, o intento aqui não é definir o lazer, mas analisá-lo e nesse sentido a pergunta que se faz necessária é: o que o lazer vem sendo? Isso implica num resgate histórico desse fenômeno e um repensar epistemológico sobre a construção do seu campo, principalmente no Brasil.

Entendemos o lazer como um fenômeno historicamente construído, portanto, com uma gênese definida. Discordando de visões que o consideram como uma atividade existente desde as primeiras formas de sociabilidade. Para esse estudo o lazer, da forma como é entendido atualmente é uma prática com origem na modernidade. Isso não implica afirmar que não possui nenhuma relação com as práticas culturais e lúdicas das sociedades pré-modernas, mas que são idealizadas a partir de uma racionalidade social diferente, assim o lazer é uma transformação das formas lúdicas e culturais do modo de vida das sociedades tradicionais, a partir de um novo modo de vida.

Marcellino (1995) apresenta essa descontinuidade:

[...] 1º) Na sociedade tradicional marcadamente rural, e mesmo nos setores urbanos pré-industriais, não havia uma separação entre as várias esferas da vida do homem. Os locais de trabalho ficavam próximos, quando não se confundiam com a própria moradia, e a produção era ligada basicamente ao núcleo familiar, obedecendo ao ciclo natural do tempo. O trabalho, frequentemente interrompido para conversas, acompanhava o ritmo do homem, e não raro era executado ao som de cantos. O mutirão constitui o mais marcante exemplo da relação produção/festa nas sociedades tradicionais. O binômio trabalho/lazer não era caracterizado e as ações se desenrolavam como na representação de uma peça teatral, com os “atores” atuando de forma integrada e linear [...] 2º) Na sociedade moderna, marcadamente urbana, a industrialização acentuou a divisão social do trabalho, que se torna cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, afastando os indivíduos da convivência nos grupos primários e despersonalizando as relações. [...] Caracteriza-se o binômio trabalho/lazer. [...]

As transformações sociais produzidas pela modernidade alteraram significativamente o modo de vida de uma maneira sem precedentes na história da humanidade. As formas como os sujeitos brincam a vida, transmitem sua cultura, enfim, empregam seus projetos de ludicidade, são fortemente transformados a partir da revolução industrial inglesa.

Nesse sentido se torna preponderante apontar a descontinuidade entre as formas lúdicas pré-modernas e o lazer moderno, afim de que o mesmo não seja entendido como uma evolução contínua do modo de vida tradicional. Ele é fruto de uma racionalidade específica que orienta uma organização social, onde as dimensões da vida passam a ser divididas, medidas e normatizadas.

Ao abordar o tema das descontinuidades da modernidade Giddens (1991), aponta a influência, a longo prazo, do evolucionismo social, segundo o qual a história pode ser contada em termos de um enredo que impõe uma imagem ordenada sobre os acontecimentos humanos, indica que deslocar a narrativa evolucionária, ou desconstruir seu enredo ajuda a analisar a modernidade. Infere que as descontinuidades que diferenciam a modernidade de qualquer ordem social precedente são identificadas principalmente por três características: o ritmo de mudança, a abrangência da mudança e a natureza intrínseca das instituições modernas, como por exemplo, a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado. Assim algumas formas sociais modernas não se encontram em períodos anteriores e outras apenas apresentam uma continuidade aparente.

O lazer é uma consequência dessa característica descontinuísta da modernidade, apresenta uma ligação apenas especiosa com as formas lúdicas que o precederam, cabe entender como, na modernidade, esse produto da relação homem/natureza foi se transformando até adquirir a forma atual de mercadoria.

O dinamismo da modernidade, bem como o alcance das instituições modernas, deriva da separação tempo-espço, do desencaixe dos sistemas sociais e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas de conhecimento (GIDDENS, 1991). Analisar o lazer sob essas óticas permitirá entender o processo de construção do lazer e compreendê-lo como um fenômeno em constante movimento.

Marcassa (2002) aponta que a história da humanidade nos mostra que o lazer nem sempre existiu como prática social circunscrita a um tempo, espaço ou atividades que lhe conferissem qualidades próprias. Nas sociedades anteriores ao capitalismo e ao processo de industrialização, não é possível observar uma fragmentação do tempo social e das atividades nele desenvolvidas. O modo de vida e a lógica cotidiana estavam articulados à dinâmica da natureza, às estações do ano, aos períodos de chuva ou de colheitas fartas, de forma que o trabalho, a diversão, o descanso, o ócio e a convivência social e familiar se misturavam e se confundiam sem provocar grandes problemas entre o trabalho e o passar do tempo.

Nas sociedades tradicionais o tempo ainda estava conectado com o espaço, a invenção do relógio mecânico e sua difusão permitiram a expressão de uma dimensão uniforme do tempo e uma quantificação do tempo, gerando a organização social do tempo, permitindo, por exemplo, a designação da jornada de trabalho. O esvaziamento do tempo é em grande parte pré-condição para o esvaziamento do espaço. Espaço vazio pode ser compreendido em termos de separação entre espaço e lugar, onde lugar é entendido como cenário físico da atividade social. Nas sociedades pré-modernas tempo e espaço coincidiam amplamente, pois as dimensões espaciais da vida social são dominadas por atividades localizadas. O advento da modernidade separa o espaço do tempo fomentando relações entre ausentes, localmente distantes de qualquer interação face a face (GIDDENS, 1991).

Nesse sentido a organização social do tempo na modernidade, a criação da jornada de trabalho, fez surgir também o tempo de não trabalho e é justamente nessa relação tempo de trabalho/tempo livre que o lazer se estabelece. Era preciso ordenar o tempo de não trabalho, reforçamos o termo ordenar, visto que a racionalidade moderna busca ordenar a sociedade, desta forma o tempo livre foi destinado aos estudos, à religião, ao descanso e ao lazer, encaminhando, dessa forma, um caráter funcionalista ao lazer, revigorar as forças produtivas.

Conforme aponta Marcassa (2002, p. 11):

Durante o trabalho, as atividades foram hierarquizadas em tarefas, setores, escalas e turnos de produção. Durante o tempo livre, a educação, o descanso e a diversão foram bem definidos e delineados, tendo em vista a necessária reposição e preparação da força de trabalho para o retorno à produção. Dessa forma, parece que o tempo livre – como um tempo oposto ao trabalho – é decorrente das transformações pelas quais passou as sociedades modernas e que o lazer é um fenômeno que só pode ser compreendido quando situado – no âmbito do tempo livre – como expressão desse mesmo movimento.

As formas lúdicas tradicionais se organizavam a partir do local, das relações sociais localizadas, a cultura era transmitida, construída e reconstruída pela presença, pelo contato entre os sujeitos. O espaço era a própria comunidade onde a vida, em todas as suas dimensões, se realizava, a produção e a reprodução da vida social e cultural se dava na relação harmônica com o ambiente. O dinamismo da modernidade através da reordenação tempo e espaço permite o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação. Gradativamente começam a surgir o espaço para o trabalho, o espaço para morar e o espaço para o lazer, e isso necessariamente não precisa ter nenhuma ligação cultural, o lugar não é mais a expressão de todas as dimensões da vida.

O lazer apresenta então um estatuto próprio com um tempo específico em contraposição ao tempo de trabalho, com espaços determinados, separados dos locais de

trabalho e moradia, como fenômeno moderno adquire funções específicas. Se nas sociedades pré-modernas a ludicidade, a brincadeira, o jogo, as festas estavam atrelados a produção e reprodução social e cultural relativos a determinado lugar, na modernidade o lazer ganha uma função no sentido de ordenar o tempo livre e adequar os comportamentos para uma maior produtividade.

As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global, afetando rotineiramente a vida das pessoas, as atividades sociais antes encaixadas nas particularidades dos contextos de presença, agora afetadas pelos mecanismos de desencaixe se abrem para múltiplas possibilidades de mudanças liberando das restrições dos hábitos e das práticas locais (GIDDENS, 1991). Como exemplo desses mecanismos de desencaixe pode-se citar os meios de comunicação (rádio, TV, internet), como propagadores de uma cultura, ou, no caso de uma forma de lazer universal sobre formas locais. Outro exemplo são os peritos, ou especialistas, que através da reflexão sobre a sociedade e a produção de conhecimento, orientam e reorientam sobre verdades, tecnologias e metodologias.

Dessa forma fica claro que existe uma relação entre as formas lúdicas pré-modernas e o lazer, no entanto, a racionalidade moderna as distancia gradativamente. A produção de conhecimento que envolve a temática transforma o lazer contemporâneo em algo essencialmente diferente do lúdico tradicional. Assim é importante entender como a produção de conhecimento orientou, reorientou e foi orientada, nesse constante movimento de construção do lazer e de produção de conhecimento sobre ele.

Segundo Leff (2002, p. 121):

Uma racionalidade social define-se como o sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais, que se estabelecem dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinadas, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto. Estas regras e estruturas orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, por meios socialmente construídos, refletindo-se em suas normas morais, suas crenças, seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção.

No cenário internacional, os primeiros estudos voltados à problemática do lazer datam das décadas de 1920 e 1930, nos Estados Unidos e na França, igualmente orientados para o ajustamento dos trabalhadores ao uso moral e utilitário do tempo livre. Mas é no pós-2ª guerra, a partir da década de 1950, que a chamada *sociologia do lazer* toma corpo, com pesquisas sobre o assunto alastrando-se por outros países e estabelecendo interface com outros temas (MASCARENHAS, 2005).

Requixa (1977) aponta que no Brasil, o marco inicial histórico dos estudos sobre o lazer se dá a partir do “Seminário sobre Lazer” organizado pelo SESC e pela Secretaria de bem-estar do Município de São Paulo em 1969. Ressalta que isso não significa a ausência de estudos anteriores sobre o lazer, indicando, por exemplo, uma tese de Oswald de Andrade, que antevê o predomínio do “*homo ludens*” sobre o “*homo faber*” e principalmente a obra do professor Acácio Ferreira intitulada “Lazer Operário” de 1959, como o primeiro trabalho exclusivamente dedicado à temática do lazer. No entanto, é a partir do seminário que a consciência social percebe a importância do lazer.



Consciência social marcada por uma racionalidade instrumental moderna, pautada numa moralidade do trabalho, que percebe importância no lazer a partir de uma funcionalidade apresentada. Os próprios estudos apresentados no seminário de lazer, segundo Requixa (1977, p. 95) demonstravam “[...] a preocupação dos estudiosos do problema em procurar insistir na funcionalidade do lazer [...]”. O autor justifica essa preocupação pelo fato destes intentarem fixar outro caráter ao lazer, para além da inutilidade ou futilidade que os caracterizavam a época.

É certo que antes mesmo que o lazer se tornasse objeto de explicação e interpretação científica, ele já existia para as pessoas. Contudo, o que se intentava agora era difundir uma teoria do lazer que reorientasse os saberes inerentes a tal fenômeno a partir das experiências realizadas, analisando seus limites, possibilidades, falhas e êxitos, tudo em nome do bem-estar social, do desenvolvimento, do progresso, da integração e da produtividade (MASCARENHAS, 2005 p. 6).

Nesse contexto histórico, que podemos situar na década de 1970, o que se percebe é uma teoria do lazer, amparada numa lógica formal que pretende definir uma verdade sobre o lazer. E esta verdade ancorava-se justamente numa racionalidade instrumental, que esperava das práticas de lazer algo não apenas lúdico e divertido, mas algo disciplinador e compensatório contribuindo para a produção e reprodução da força de trabalho. Sobre essa teoria do lazer, Mascarenhas (2007 p. 7) afirma que “tinha por base a crítica e a oposição a todo e qualquer tipo de lazer que expressasse hábitos e modos de vida dissonantes daqueles que não fossem a obediência e o rendimento”.

No entanto, a teoria do lazer que se propunha hegemônica, que se apoiava na lógica formal e tentava impor-se como única verdade, como representante de um modo de vida, não era homogênea, no sentido de definir o lazer. No espaço da contradição corriam outras concepções de lazer. Instaurou-se, assim, uma compreensão que atravessou décadas, chegando até mesmo na década de 1990, sempre distinguindo, classificando e prescrevendo o lazer mais adequado, melhor e verdadeiro. Nesse sentido Marcellino (1990) destaca duas grandes linhas entre os autores que se dedicaram ao estudo do lazer, uma que enfatizava o aspecto atitude, considerando o lazer como um estilo de vida independente de um tempo determinado, e a que privilegiava o aspecto tempo, situando-o como liberado do trabalho ou de outras obrigações.

Lembramos que neste período histórico, em países de capitalismo avançado o processo de modernização já estava em crise e apresentava, a partir de uma racionalidade social, uma reconfiguração de suas estruturas e sua organização social que refletia no modo de produção e reprodução social, definido por alguns autores como pós-industrialização, outros como pós-modernismo, já Giddens (1991) define como a intensificação das consequências da modernidade.

No Brasil, no entanto, o processo de modernização e de expansão industrial ainda está, nesse período, em expansão, nesse sentido o lazer e as produções científicas no campo, tanto na perspectiva subjetiva de atitude, quanto no aspecto objetivo relacionado ao tempo, se estabelece na relação com o trabalho no sentido moderno da palavra, alienado, mecânico, fragmentado e especializado.

Marcellino (1990) reforça essa perspectiva quando aponta autores que se referem ao lazer com um caráter essencial para a tranquilidade, a ordem e a segurança social, ou outros

autores que enfatizam o fator de compensação das atividades de lazer, ou aqueles que o apresentam com a função de recuperação da força de trabalho. Ele inaugura uma nova vertente nas produções teóricas no campo, no sentido de criticar as visões funcionalistas do lazer, tanto no caráter moral, quanto no caráter utilitarista, colocando as discussões num outro patamar.

No entanto, a respeito dessa nova fase inaugurada por Marcellino, pautada na crítica ao caráter funcionalista do lazer, Mascarenhas (2005 p. 14) nos afirma que:

É certo que o pensamento de Marcellino (1983, 1987, 1997) exerceu enorme influência no campo, trazendo importantes contribuições para a constituição de um olhar mais crítico em relação aos estudos do lazer. Entretanto, o que se argumenta é que justamente aquilo que sua obra apresenta de descontinuidade e ruptura com o funcionalismo da sociologia empírica, acaba por ter o seu poder explicativo enfraquecido ao passo que, a partir da década de 1990, assistimos uma refuncionalização do lazer dada por sua subsunção à forma mercadoria.

O lazer que surgiu com um produto social e cultural relacionado a formas lúdicas locais, atinge nesse momento histórico a forma de mercadoria. Fruto da intensificação da modernidade, dos mecanismos de desençaixe e da submissão de tudo isso a uma racionalidade capitalista, que segundo Leff (2002 p. 128), “tem estado associada a uma racionalidade científica que incrementa a capacidade de controle social sobre a realidade, e a uma racionalidade tecnológica que assegura uma eficácia crescente entre meios e fins”.

Seu antigo valor e utilidade sociais, propugnados como verdade e enormemente difundidos nas décadas anteriores como força auxiliar para a produção e reprodução da força de trabalho, passam a se subordinar aos interesses econômicos de uma heterogênea e crescente indústria do lazer. Além de resignificar ou até mesmo implodir com a “verdade” e o mundo do lazer anteriormente edificados, tal indústria resgata e confere nova vida às concepções subjetivistas, uma vez que a afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado se misturam ao enaltecimento e standardização de práticas de lazer cada vez mais individualistas e hedonistas, diante do objetivo primeiro da troca e do lucro, pouco importando seu valor moral e utilitário (MASCARENHAS, 2005).

Chegamos ao ponto de respondermos a questão proposta no início do capítulo, resposta que de antemão já se propunha incompleta, pois não víamos possibilidade na definição, mas sim na compreensão do fenômeno. Diante disso, entendemos que lazer apresenta uma relação com as formas lúdicas pré-modernas, porém diferenciou-se gradativamente dessas formas. Como um fenômeno moderno, que se constituiu a partir de uma racionalidade moderna apresentou uma funcionalidade social relativa à sociedade em questão, servindo a um projeto de ocupação do tempo livre voltado para a produção e reprodução da força de trabalho. Quando essa sociedade entra em crise, e se reconfigura a partir de uma racionalidade capitalista, apoiada numa racionalidade científica e tecnológica, o lazer assume outra funcionalidade, se transforma em mercadoria e como tal serve ao ideal do lucro. Da produção e reprodução da mão de obra, o lazer passa a operar na produção e reprodução do capital.

Para essa racionalidade social o lazer não apresenta contradição ele é uma verdade acabada, é uma mercadoria e como tal analisada, instrumentalizada, produzida e reproduzida para a comercialização. Nesse sentido, esse é o ponto de partida da crítica e da transformação,

precisamos entender o lazer como movimento, como um vir a ser e não como um fenômeno acabado. Para isso precisamos entender o lazer para além de uma racionalidade capitalista.

As externalidades da racionalidade capitalista (superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho, degradação ambiental, deterioração da qualidade de vida) de problemas marginais (embora funcionais) para o sistema econômico foram adquirindo em seu processo acumulativo e expansivo do capital um caráter crítico para seu crescimento (LEFF, 2002, p. 128).

Dessa forma, se impõe olhar esse fenômeno numa condição de devir, para além da racionalidade capitalista, caso contrário estaremos adaptando o rural ao modelo produtivista que já se encontra em crise. Na sequência propõe-se analisá-lo por uma racionalidade ambiental, visto que acreditamos que esta seja a forma de pensá-lo para esse local.

## **POR UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL PARA O LAZER NO RURAL**

O lazer é um fenômeno moderno que se intensifica com o processo de industrialização e de urbanização, surge da necessidade moderna da sociedade industrial de produção e reprodução da força de trabalho. Historicamente não foi preocupação do modo de vida rural, visto que era um problema urbano. De que forma então essa preocupação das cidades modernas afetaria o rural ao ponto inclusive de se anexado ao lazer o determinante rural. E mais, por que se propor uma reflexão para além de suas características urbanas e modernas?

O lazer passa a relacionar-se e a ser adjetivado pelo rural a partir do momento em que as teses do desaparecimento do rural em função de uma expansão do modelo produtivista urbano/industrial não se confirmaram. A modernização da agricultura, apesar de ter transformado o rural num lugar somente de produção, não foi homogênea e em muitos locais o campo ainda permanece como um lugar para viver para produzir e reproduzir a cultura.

A eminência da sociedade de risco, conceito que designa uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem a escapar cada vez mais do controle, já numa fase onde os perigos da sociedade moderna começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos como privados (BECH, 1997). Faz olhar para o rural como um ponto de refúgio, onde os efeitos da modernização podem ser amenizados.

Dessa forma o rural passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo de residência, a sociedade fundada no ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros urbanos. Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo, o ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos purificadores do corpo e do espírito, poluídos pela sociedade industrial (CARNEIRO, 1998).

Entretanto, essa nova forma de ver a ruralidade, que se iniciou primeiramente em países de capitalismo avançado e posteriormente se desenvolve no Brasil não se configura numa superação do modelo de produção capitalista. Pelo contrário ele se configura na

absorção dos riscos produzidos pela própria sociedade industrial em uma saída através da mercantilização da solução aparente.

Se a industrialização polui o ar, adquira ar puro através de uma estada próxima à natureza. Se o stress não permite que você trabalhe eficientemente, busque o lazer no campo e recarregue as suas baterias. Se a sua saúde foi afetada por uma alimentação inadequada baseada em produtos industrializados, consuma produtos orgânicos. Reencontre a vida no campo através de um turismo de imersão.

Não pretendemos aqui negar a possibilidade dessas atividades revitalizarem o rural, e de serem uma forma de produção e de reprodução no campo. No caso do lazer a crítica aparece no sentido de que essas possibilidades tomam a forma de turismo constituído a partir de uma racionalidade capitalista. A cultura camponesa, a natureza e o ambiente rural, são transformados em mercadoria.

Nesse sentido a racionalidade científica e a racionalidade tecnológica se associam ao ideal capitalista, pois o lazer rural ou na o lazer na natureza passam a ser uma forma muito especializada de atividade, a caminhada pelo mato, a trilha, “vira trekking”, e só pode ser aplicada por especialistas, com equipamentos e tecnologias avançadas. A cultura local é ignorada, não faz parte do programa turístico, ou quando faz passa despercebida, o sujeito comprou um produto com o fim em si mesmo, não se preocupa em conhecer compreender e valorizar a cultura ali presente.

Outro aspecto importante é que o próprio agricultor não valoriza e visualiza o local, o espaço, os recursos naturais e culturais com potenciais atividades de lazer e de expressão do modo de vida da comunidade. O lazer é algo institucionalizado e definido pela sociedade moderna, como assistir a programas de televisão, clubes esportivos e recreativos, bailes e boates, práticas esportivas entre outros. A partir dessa visão reducionista, muitos agricultores deixaram o seu ambiente, o seu local e foram para a cidade em busca do lazer.

A racionalidade capitalista reduz o lazer às atividades produtivas, mercantilizadas que visam o desenvolvimento econômico, desconsidera que para, além disso, o lazer pode contribuir na manutenção do tecido social, na preservação dos recursos naturais e como expressão da cultura de um povo, que além de ser organizado por uma racionalidade ele contribui na organização e na construção de uma racionalidade. Nesse sentido propomos que o lazer seja pensado para além de uma racionalidade capitalista e propomos pensá-lo por uma racionalidade ambiental.

Sobre a racionalidade ambiental pedimos licença para transcrever diretamente o autor, pois não acreditamos em maneira melhor de acesso à compreensão do fenómeno:

[...] a problemática ambiental questiona muito mais a fundo a racionalidade da civilização moderna. A sociedade capitalista gerou um crescente processo de racionalização formal e instrumental que moldou todos os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos, os padrões tecnológicos, os diversos órgãos do corpo social e os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado. A questão ambiental não só propõe a necessidade de introduzir reformas no estado, de incorporar normas ao comportamento econômico, de legitimar novos valores éticos e procedimentos legais e de produzir técnicas para controlar os efeitos poluidores e dissolver as externalidades sociais e ecológicas geradas pela racionalidade do capital; a

problemática ambiental questiona os benefícios e as possibilidades de manter uma racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos, que induziram um processo global de degradação socioambiental, socavando as bases de sustentabilidade do processo econômico e minando os princípios de equidade social e dignidade humana. Num sentido propositivo, a questão ambiental abre assim novas perspectivas para o desenvolvimento, descobrindo novos potenciais ecológicos, tecnológicos e sociais, e propondo a transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimento da sociedade, para construir uma racionalidade produtiva alternativa (LEFF, 2002, p. 124-25).

Embora nos remeta à transformação de conteúdos e orientações teóricas, esses saberes se orientam a um fim prático, para resolução de problemas concretos e implementação de políticas alternativas de desenvolvimento; isso conduz à construção de uma racionalidade ambiental, que funciona legitimando ações e estabelecendo critérios para a tomada de decisões dos agentes sociais, orienta as políticas dos governos, normatiza os processos de produção e consumo e conduz as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para fins de desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro (LEFF, 2002).

Pensar um lazer legitimado por uma racionalidade ambiental implica apontar para uma descontinuidade com o lazer moderno, visto que este se constituiu a partir de uma lógica reducionista, com uma função social definida pelo capital, atuando em determinado momento na produção e reprodução da mão de obra e noutro momento na produção e reprodução do próprio capital. Nesse sentido ele é compreendido em sua complexidade, como movimento, como possibilidade, aberto à mudança, como um saber e um fazer transpassado pelo social, pelo político e pelo cultural, onde os valores e os interesses se relacionam com o conhecimento.

Diante de uma realidade complexa e como um fenômeno complexo, o lazer deve ser entendido como um devir, não como algo pronto, acabado, da mesma forma a sociedade contemporânea e sua racionalidade social também se encontram nesse constante movimento; portanto, nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que ele é legitimado e construído pela racionalidade ambiental, também se torna um elemento na construção dessa racionalidade.

Segundo Leff (2002) a racionalidade ambiental constrói-se mediante a articulação de quatro níveis de racionalidade: uma racionalidade substantiva, referente aos valores que normatizam ações e orientam processos no sentido de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente equitativo, culturalmente diverso e politicamente democrático; uma racionalidade teórica, que constrói os conceitos que articulam os valores aos processos materiais que dão suporte a uma racionalidade produtiva; uma racionalidade técnica ou instrumental, que produz os vínculos funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável; uma racionalidade cultural, entendida como um sistema de significações que produzem a identidade e a integridade internas de diversas formações culturais, que dão coerência a suas práticas sociais e produtivas.

O determinante rural para o lazer aqui analisado não deve então ser entendido apenas como o espaço onde atividades produtivas são realizadas, ele deve ser compreendido como lugar, onde riqueza natural, valores, saberes e culturas são socializados com o interesse de produção e reprodução de sujeitos. Por outro lado, o lazer para o rural não deve ser visto

apenas como uma mercadoria para uma estratégia pluriativa de renda e reprodução social, ele deve ser entendido como um fim, mas também como um meio de comunicabilidade, que permita a manutenção de um tecido social, a preservação de uma riqueza ambiental e a formação humana.

Nesse sentido o lazer rural será legitimado em cada um dos níveis - racionalidade substantiva, racionalidade teórica, racionalidade instrumental e racionalidade cultural – dessa forma ele não será apenas fruto dessa racionalidade ambiental, mas expressão dela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da relevância que o lazer ganha como fator de reconstrução do rural em países de capitalismo avançado, e da possibilidade de servir como um elemento de manutenção de um modo de vida rural em locais onde o processo de modernização da agricultura não foi concluído, buscamos analisá-lo, a fim de compreender o que ele foi, o que ele está sendo e o que ele pode vir a ser, principalmente na sua relação como o rural.

Dessa forma definimos o lazer como um fenômeno moderno, que se relaciona com as formas lúdicas pré-modernas, na essência ele é construído a partir da revolução industrial e ganha relevância social por sua funcionalidade moral e utilitária, no sentido de ordenar o tempo livre e compensar o tempo de trabalho. E como tal é legitimado por uma racionalidade capitalista moderna associada a uma racionalidade científica e a uma racionalidade tecnológica.

Com a transformação do modo de produção, essa mesma racionalidade capitalista, ainda mais apoiada numa racionalidade científica e numa racionalidade tecnológica opera uma refuncionalização do lazer, da produção e reprodução da mão de obra, tanto no aspecto moral quanto físico, o lazer passa a operar na produção e reprodução do capital, é transformado em mercadoria.

E como mercadoria o lazer é apresentado ao rural, como estratégia de produção e reprodução da agricultura a partir da crise de sua modernização em países desenvolvidos, ou da expansão desse modelo em países periféricos como o Brasil. Concebemos o rural como um lugar de vida e não apenas de produção, portanto valorizamos seu tecido social, sua cultura, seus recursos naturais e seus valores morais, principalmente em lugares onde encontra-se uma grande concentração de pequenos agricultores e agricultores familiares.

Assim, concluímos considerando que o lazer como elemento de manutenção e valorização do modo de vida rural em suas múltiplas funcionalidades deve ser analisado não pelo que é, mas pelo que pode vir a ser, nesse sentido compreendido para além de uma racionalidade capitalista, simplificadora que o transformou em mercadoria, mas por uma racionalidade ambiental, que é composta pela articulação de uma racionalidade substantiva, de uma racionalidade teórica, de uma racionalidade técnica e de uma racionalidade cultural, e que considera a complexidade dos fenômenos. Dessa forma, como movimento que é, o lazer será produto de uma racionalidade, mas também produtor de racionalidade. Essa perspectiva

não está condicionada a um novo modo de produção, mas numa abordagem materialista atua nas contradições da racionalidade capitalista que se intensifica nesse momento histórico de reprodução da sociabilidade moderna. Nesse sentido, propõe algumas questões para orientação de estudos futuros com relação ao lazer no rural, numa perspectiva das múltiplas funções da agricultura familiar:

- As vivências de lazer são relacionadas a uma identidade cultural, ligadas a uma tradição, enfim expressam um patrimônio comunitário?
- As atividades de lazer interagem adequadamente os espaços naturais, respeitam a paisagem rural e preservam a biodiversidade?
- Qual a percepção das comunidades rurais sobre o lazer como possibilidade de expressão do patrimônio cultural e natural e como estratégia de trabalho e renda
- Sob qual perspectiva teórico-metodológica o lazer pode representar uma possibilidade de ocupação e renda e de manutenção dos jovens no campo, sem contanto, afetar negativamente a vida dos camponeses, com relação ao tempo destinado ao trabalho, à preservação dos ambientes e manutenção do tecido sociocultural?

## REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony et. al. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

FERREIRA, Angela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 28-46, out. 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935). 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2002. Disponível em: <<http://www.boletimef.org/biblioteca/1259/>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. 287 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000359432>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ZANONI, Magda. A questão ambiental e o rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 101-110, jul./dez. 2004.

**Artigo recebido em: 22/03/2013**

**Artigo aprovado em: 23/04/2013**